



**Demonstrações Financeiras
Consolidadas Preparadas de Acordo com
as Normas Contábeis Internacionais -
IFRS**

Banco Original S.A

31 de Dezembro de 2019

Relatório dos Auditores Independentes	1
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	9
Nota 2 . Base de Preparação	9
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	11
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 5 . Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	16
Nota 6 . Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	18
Nota 7 . Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	19
Nota 8 . Ativos Financeiros Segregados por Estágio de Risco e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas	21
Nota 9 . Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	22
Nota 10 . Imobilizado de uso	24
Nota 11 . Ativo Intangível	24
Nota 12 . Outros Ativos	24
Nota 13 . Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	24
Nota 14 . Outros Passivos Financeiros	26
Nota 15 . Provisões e Passivos contingentes	26
Nota 16 . Obrigações Fiscais	26
Nota 17 . Outros Passivos	27
Nota 18 . Patrimônio Líquido	27
Nota 19 . Limites Operacionais	27
Nota 20 . Partes Relacionadas	27
Nota 21 . Receitas de Serviços e Comissões	29
Nota 22 . Outras Receitas e Despesas	29
Nota 23 . Despesas Gerais e Administrativas	29
Nota 24 . Despesas Tributárias	29
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	30
Nota 27 . Resultado por Ação	37
Nota 28 . Cessão de Marca e Domínio	37
Nota 29 . Venda de Ativo	37
Nota 30 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	38
Nota 31 . Evento Subsequente - COVID19	38
Relatório do Comitê de Auditoria	39

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Original S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 30 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras consolidadas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras consolidadas das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	71.508	39.895
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		7.670.428	6.133.752
Aplicações no mercado aberto	7.a	254.173	1.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.a	380.131	320.584
Aplicações em moedas estrangeiras	7.a	78.963	74.305
Títulos e Valores Mobiliários	7.b	51.266	18.240
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	7.c	7.191.766	5.936.159
Provisão para Perdas de Crédito Esperadas	8.d	(352.038)	(245.766)
Outros Ativos Financeiros	7.d	66.167	28.233
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6	778.131	1.025.443
Títulos e Valores Mobiliários		778.131	1.025.443
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado		2.071.841	2.191.966
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.858.816	1.783.017
Instrumentos de Patrimônio	5	200.775	408.949
Instrumentos Financeiros Derivativos		12.250	-
Ativos Fiscais		442.644	321.930
Impostos a compensar		75.365	53.948
Impostos diferidos	9.a	367.279	267.982
Outros Ativos	12	696.414	457.563
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	29.b	43.676	44.377
Imobilizado de uso	10	190.983	59.689
Ativos intangíveis	11	749.466	615.289
Total do Ativo		12.715.091	10.889.904
Passivo			
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		9.867.726	8.435.062
Recursos de clientes	13.a	5.851.611	5.184.337
Recursos de instituições financeiras	13.b	472.188	503.701
Recursos de emissão de títulos	13.c	3.453.743	2.721.814
Outros Passivos Financeiros	14	90.184	25.210
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	5.a.1.1.2	-	236
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	236
Provisões e Passivos contingentes	15.a	67.377	38.952
Obrigações Fiscais	16	91.123	32.664
Impostos correntes		91.123	32.664
Outros Passivos	17	572.915	297.112
Total do Passivo		10.599.141	8.804.026
Patrimônio líquido			
Capital Social	18.a	2.130.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangentes	18.b	5.736	4.016
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(61.308)	(48.139)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		2.074.429	2.085.878
Participação de acionistas não controladores		41.521	-
Total do Patrimônio Líquido		2.115.950	2.085.878
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.715.091	10.889.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receita de juros e similares	7.h	997.411	871.523
Despesa de juros e similares	13.d	(629.614)	(516.739)
Resultado líquido de juros		367.797	354.784
Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	689.898	37.075
Receita de serviços e comissões	21	104.501	48.561
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.d	29.657	158.505
Resultado de operações de câmbio	7.d.1	29.237	52.860
Resultado Operacional		1.221.090	651.785
Provisão para Perdas de Crédito Esperadas com Ativos Financeiros	8.d	(231.922)	(135.431)
Resultado Operacional Líquido de Perdas de Crédito Esperadas com Ativos Financeiros		989.168	516.354
Outras Receitas e Despesas		(1.089.132)	(440.236)
Despesas de pessoal	23.a	(406.374)	(311.556)
Outras despesas administrativas	23.b	(551.506)	(353.881)
Despesas tributárias	24	(68.669)	(30.224)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	29.b	(16.057)	42.738
Outras receitas e despesas	22	(46.526)	212.687
Resultado antes dos impostos		(99.964)	76.118
Imposto de renda e contribuição social	25	62.705	(59.575)
Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício		(37.259)	16.543
Atribuível aos acionistas:			
Controladores		(15.962)	16.543
Não controladores		(21.297)	-
Lucro/ (Prejuízo) básico por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Lucro/ (Prejuízo) por ação ordinária		(15.400)	15.961
Lucro/ (Prejuízo) por ação preferencial		(562)	582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a	01/01 a
Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Exercício	(37.259)	16.543
Variação de valor justo	1.321	(6.331)
Efeito dos impostos	(628)	2.711
Ajuste Reclassificação de Títulos	-	1.270
Efeito dos impostos	-	(543)
Variação Cambial de Investimento no Exterior	1.027	6.295
Outros Resultados Abrangentes	1.720	3.402
Resultado Abrangente do Exercício	(35.539)	19.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.130.001	614	(32.313)	2.098.302	(1)	2.098.301
Total de Resultados Abrangentes do Período					-	-
Ajuste da Aplicação Inicial da IFRS 9	-	-	(32.369)	(32.369)	-	(32.369)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	3.402	-	3.402	-	3.402
Lucro Líquido do Exercício controladores	-	-	16.543	16.543	-	16.543
Destinações:						
Participação não controladores	-	-	-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.130.001	4.016	(48.139)	2.085.878	-	2.085.878
Total de Resultados Abrangentes do Período						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.130.001	4.016	(48.139)	2.085.878	-	2.085.878
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	1.720	-	1.720	-	1.720
Ajuste Investimento	-	-	2.793	2.793	62.818	65.611
Prejuízo Líquido do Exercício controladores	-	-	(15.962)	(15.962)	(21.297)	(37.259)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.130.001	5.736	(61.308)	2.074.429	41.521	2.115.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício		(37.259)	16.543
Ajustes para reconciliar o lucro antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais			
Perdas de Crédito Esperadas com Ativos Financeiros	8.d	231.922	135.431
Depreciação e amortização	23.b	117.290	112.367
Tributos diferidos		99.297	10.830
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros		30.176	(2.695)
Provisão de Participações no Lucro		12.906	35.653
Ganho na venda de investimentos em Coligadas e Controladas		-	(177.563)
Ajuste ao valor justo de participação remanescente	30.b	-	(44.169)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas em conjunto	29.b	(16.057)	1.431
Crédito Fiscal		-	(19.553)
Ajuste Reclassificação de Títulos		-	727
Variação Cambial e Juros		(79.206)	-
Outros Ajustes		10.738	1.230
Lucro Líquido do exercício ajustado		369.807	70.232
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(247.312)	(393.087)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores mobiliários		(33.026)	(18.240)
Redução (Aumento) em Instrumentos de Patrimônio		-	(408.949)
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		120.125	(344.908)
(Aumento) em empréstimos e recebíveis ao custo amortizado		(1.149.335)	(767.783)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros ao custo amortizado		(37.934)	(7.070)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Fiscais		(120.714)	(8.153)
(Aumento) em outros ativos		(238.851)	(11.196)
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Custo Amortizado		1.432.664	2.123.113
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Valor justo por Meio do Resultado		(236)	236
Redução em outras provisões		28.425	(1.199)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		58.459	20.520
Aumento em outros passivos		275.803	45.103
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais		457.875	298.619
Atividades de Investimento			
Aquisição/ Baixa de Imobilizado de Uso		(160.906)	(6.226)
Aquisição/ Baixa de ativos intangíveis		(250.582)	(38.229)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(411.488)	(44.455)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		46.387	254.164
No início do exercício	4	1.237.650	983.486
No encerramento do exercício	4	1.284.037	1.237.650
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		46.387	254.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito e financiamento, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros, "International Financial Reporting Standards" - IFRS, emitidos pelo "International Accounting Standard Board" - IASB e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" - IFRIC descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Conglomerado Financeiro Original conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado no qual sua moeda funcional e de apresentação é o Real.

2.1. Adoção de normas e interpretações

O Banco adotou as normas e interpretações, aplicáveis ao Banco, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo de Arrendamento (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

O Banco adotou a IFRS 16 em 01 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.

Impacto na transição

No Banco Original, as mudanças mais significativas na adoção do IFRS 16 foram o reconhecimento de ativos de direito de uso de Imóveis, instalações e intangíveis, demonstrados na tabela abaixo:

Saldo em 01/01/2019	
Imobilizado	11.718
Ajustes de Reconhecimento pela adoção do IFRS 16	
Reconhecimento de Ativos de Direito de uso - Imobilizado	57.276
Reconhecimento de Ativos de Direito de uso - Intangível	16.713
Saldos Contábeis após ajustes IFRS 16	
Saldo em Ativos de Direito de uso - Imobilizado	68.994
Saldo em Ativos de Direito de uso - Intangível	16.713
Despesa de Depreciação no exercício	(4.883)
Despesa de Amortização no exercício	(2.388)
Saldos Contábeis Líquidos em 31/12/2019	
Saldo em Ativos de Direito de uso - Imobilizado	64.111
Saldo em Ativos de Direito de uso - Intangível	14.325
Saldo em 01/01/2019	
Passivo Financeiro	14.320
Ajustes de Reconhecimento pela adoção do IFRS 16	
Reconhecimento de Passivos de Arrendamento	74.743
Saldos Contábeis reconhecidos em 01/01/2019	
Saldo em Passivos de Arrendamento	89.063
Despesas de Juros de Arrendamentos	(3.356)
Saldo Contábil líquido em 31/12/2019	
Passivos de Arrendamento	85.707

A taxa de desconto ou incremental aplicada pelo Banco leva em consideração a taxa de captação projetada pela instituição caso tivéssemos emissão de títulos pós fixados para os prazos de vencimento dos contratos dos arrendamentos.

b) IFRIC 23- Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

IFRIC 23 - Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. Neste sentido, Autoridade Fiscal é considerada a decisão final dos tribunais superiores sobre a matéria. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido.

No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e foi aplicada de maneira prospectiva pelo Banco, porém não há impactos para as demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

2.2. Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas IFRS incluem as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A, de sua agência no exterior e as empresas listadas no item abaixo.

a) Controladas

São classificadas como controladas as entidades às quais o Banco está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que a Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As empresas consolidadas em 2018 e 2019:

- Banco Original S.A.
- Original Asset Management Ltda.
- Original Corporate Corretora Ltda. ⁽¹⁾
- Original APP
- Pic Pay Serviços S.A. ⁽²⁾
- FIDC Pic Pay I ⁽²⁾

(1) Consolidada somente em 2018. A participação foi vendida em dezembro de 2018, conforme Nota Explicativa 29.b. A participação remanescente da Corretora está registrada no Grupo de Investimentos e seu resultado é reconhecido por equivalência patrimonial.

(2) Consolidadas a partir de 2019, ano em que o controle foi assumido.

b) Principais Procedimentos de Consolidação

Para fins de consolidação, a entidade controladora adotou práticas contábeis consistentes e uniformes. Vale mencionar os principais procedimentos de eliminação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre o Banco Original S.A, Original Asset Management Ltda, Original Corporate Corretora Ltda, Original APP, Pic Pay Serviços S.A e FIDC Pic Pay I, exceto os ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.3) Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas.

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas de crédito esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas de crédito esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas de crédito esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é obtido com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

2.4) Pronunciamentos Contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.
- Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:
- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
 - Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre fluxos de caixa;
 - Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
 - Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Conversão de Moeda

a.1) Moeda Funcional e de Apresentação

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente o apreamento de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

a.2) Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são reconvertidos para reais na data de balanço à taxa de câmbio em vigor na respectiva data, e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica “Variações cambiais (líquidas)”.

b) Caixa e disponibilidades em bancos

O Banco define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários, que fazem parte da gestão de caixa, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudanças de valor, conforme demonstrado na Nota Explicativa 4.

c) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O Banco apresenta suas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. (Vide nota explicativa 7.a).

d) Aplicações no Mercado Aberto/Captações no Mercado Aberto

O Banco dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Similares e Despesas de Juros e Similares, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

e) Ativos e Passivos Financeiros

A partir de 1 de janeiro de 2018, a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros do Banco são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Avaliação do modelo de negócio

O Banco classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Banco classifica e mensura sua carteira de ativos financeiros de negociação e seus derivativos ao VJR. O Banco pode designar instrumentos ao VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Os instrumentos derivativos passivos são mensurados ao VJR e os demais passivos financeiros ao custo amortizado. O Banco optou por não designar nenhum passivo financeiro, outros derivativos, a VJ no reconhecimento inicial.

Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o Banco avalia os termos contratuais dos ativos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Banco realiza julgamento e considera fatores relevante, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo básico não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

f) Mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um Modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter Fluxos de Caixa contratuais; e
 - Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.
- O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em “Receitas com juros”, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Mensurados ao valor justo através do resultado

Esse grupo compreende itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Um instrumento financeiro é mantido para negociação se for adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo (modelo de negócios residual) ou fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros administrados em conjunto e para a qual exista a evidência de um padrão de obtenção de lucros no curto prazo.

Um ativo ou passivo financeiro pode ser designado, de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil).

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subseqüentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, deve ser incluído um ajuste de crédito na mensuração de seu valor justo, de modo a refletir alterações na qualidade de crédito da contraparte.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Banco é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos derivativos são mensurados ao valor justo contra resultado e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro, no grupo de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía ativos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

h) Mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Banco pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subseqüentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, a administração do Banco não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

i) Mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subseqüente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subseqüentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(iii) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas,

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não possui instrumentos mensurados no nível 3.

(iv) Reclassificação de ativos e passivos financeiros

O Banco não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Banco não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

(v) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

- Desreconhecimento devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais

O Banco desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Banco reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Banco quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Banco registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), e não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Banco para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 26.b.1.1.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O Banco estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 26.

Baseado no processo acima, o Banco distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

(ii) Cálculo das perdas esperadas

O Banco calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (Probability of default - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default- EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (Loss given default – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 26.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Banco calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Banco reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.

Limites de crédito: Para fins de cálculo das perdas esperadas dos limites de crédito o Banco considera informações históricas de utilização dos limites de crédito, a fim de definir o valor da exposição ao risco de crédito (EAD) esse tipo de operação. Dentre os produtos do Banco inclui a concessão de limites de crédito através de operações de cartão de crédito, conta corrente e conta garantida, onde o Banco possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O Banco não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Banco em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

Garantias financeiras prestadas (avais e fianças): A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação)

A taxa de juros efetiva utilizado para descontar a PE é baseada na taxa de juros efetiva média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

(iii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros no balanço patrimonial, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, um valor igual ao da provisão que seria originada caso os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- PIB;

- INPC;

- Taxa de juros básica;

O Banco realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Banco considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

V) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default portfolio - LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Banco utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Banco pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Banco considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

k) Outros Ativos e Passivos Financeiros

Estes são basicamente compostos de câmbio, rendas a receber, negociação e intermediação de valores e depósitos em garantia. Os valores contábeis desses ativos/passivos são mensurados ao valor justo, uma vez que representam valores a serem recebidos / pagos no curto prazo. Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

l) Imobilizado de Uso

O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Nota Explicativa 10.

O ativo imobilizado também pode ser reconhecido quando houver uma operação de Arrendamento conforme o IFRS 16. Dessa forma será reconhecido inicialmente no ativo o imobilizado objeto do arrendamento tendo como contrapartida um passivo reconhecido a valor presente; posteriormente será reconhecida a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

O Ativo Imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, instalações, móveis e equipamentos, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

m) Ativos Intangíveis e Ágio

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por "softwares" adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassará dez anos.

O Ativo intangível também pode ser reconhecido quando houver uma operação de Arrendamento conforme o IFRS 16. Dessa forma será reconhecido inicialmente no ativo o intangível objeto do arrendamento tendo como contrapartida um passivo reconhecido a valor presente; posteriormente será reconhecida a amortização de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Com base nas informações apresentadas no IAS 38 e suportado pelas projeções de fluxo de caixa preparados, baseando-se assim na provável geração de benefícios econômicos futuros, o Banco entende que todos estes gastos ligados ao Projeto Digital, terão sua vida útil definida, em 10 anos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O ágio é diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos da aquisição de participação de uma entidade. O ágio não é amortizado, tendo seu valor recuperável avaliado semestralmente ou quando da existência de indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário.

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

o) Outros Ativos e Passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando julgada necessária.

p) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos a amortização acumulada, calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável "impairment".

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Recursos de Clientes Nota Explicativa 13.a;
- Recursos de instituições financeiras Nota Explicativa 13.b;
- Recursos de emissão de títulos Nota Explicativa 13.c

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

q) Outras Provisões

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Passivos contingentes são avaliados e divulgados de acordo com o IAS 37, e são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os passivos contingentes do Banco decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios do Banco movidos por terceiros, ex-funcionários em ações cíveis e trabalhistas.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, leva em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser estimados com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

- **Possíveis:** São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

r) Capital Social

O Capital Social do Banco é constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota Explicativa 18.

s) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

Nos exercícios de 2019 e 2018 não foi deliberado dividendos na forma de JCP.

t) Lucro/(Prejuízo) por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício, de acordo com o IAS 33 Lucro por Ação. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O Banco informa que não existem fatores diluente de ações, desta forma o lucro por ação e lucro diluído por ação são os mesmos.

u) Reconhecimento de Receitas e Despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:

u.1) Receitas e Despesas com Juros e Similares

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

u.2) Comissões e itens Similares

As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

Taxas e comissões pagas decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizado.

u.3) Outras Receitas e Despesas

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

v) Garantias Financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações.

x) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Essas transações estão demonstradas na Nota Explicativa 20.

z) Benefícios a Empregados

Os benefícios que o Banco dispõe aos seus funcionários são avaliados conforme as regras dispostas na IAS 19 - Benefícios a Funcionários, assim, os mesmos estão relatados conforme abaixo:

z.1) Benefícios Pós-Emprego

A despesa pós-emprego que o Banco disponibiliza aos seus funcionários refere-se, a extensão do plano de saúde, após o desligamento, por um período de 6 (seis) meses.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	31/12/2019	31/12/2018
	71.508	39.895
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	312.689	171.764
Ativos Financeiros	899.840	1.025.991
Total	1.284.037	1.237.650

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.

a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva

a.1.1) Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.

a.1.1.1) Títulos Privados e Públicos

							31/12/2019
	Nível	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	210.165	210.165	210.147
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	899.840	87.912	132.602	1.120.354	1.111.844
Títulos Privados							
Ações de Companhias Abertas	1	176.538	-	-	-	176.538	400.888
Total Carteira Própria		176.538	899.840	87.912	342.767	1.507.057	1.722.879
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos Privados							
Debêntures	2	-	-	49.262	-	49.262	49.236
Total Vinculados a compromisso de recompra		-	-	49.262	-	49.262	49.236
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	71.177	71.177	71.087
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	384.951	22.908	407.859	404.740
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	1	24.237	-	-	-	24.237	19.354
Total Vinculados a prestação de garantias		24.237	-	384.951	22.908	503.273	424.094
Total Títulos ao valor justo por meio do resultado		200.775	899.840	522.124	365.675	2.059.591	2.196.209

							31/12/2018
	Nível	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	163.895	163.895	163.688
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	1.025.991	47.682	317.909	1.391.582	1.383.847
Títulos Privados							
Ações de Companhias Abertas	1	389.595	-	-	-	389.595	231.911
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽²⁾	1	115.901	-	-	-	115.901	115.901
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	2	-	-	-	2.711	2.711	3.981
Total Carteira Própria		505.496	1.025.991	47.682	484.515	2.063.684	1.899.328
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos Públicos							
Letra Financeira do Tesouro - LFT	1	-	-	-	104.405	104.405	104.476
Total Vinculados a compromisso de recompra		-	-	-	104.405	104.405	104.476
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos Públicos							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	-	4.523	4.523	4.406
Outros							
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	2	19.354	-	-	-	19.354	18.000
Total Vinculados a prestação de garantias		19.354	-	-	4.523	23.877	22.406
Total Títulos ao valor justo por meio do resultado		524.850	1.025.991	47.682	593.443	2.191.966	2.026.210

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) No primeiro semestre de 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa J&F Investimentos, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 7.g). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia sendo estas cotas da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (vide Nota Explicativa nº 7.g).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1.1.2) Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) - Instrumentos Financeiros Derivativos

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontra-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais notional estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	19.921	17.533	1.419.701	20.871	20.279	865.351
Pré-Fixado	6.075	6.346	382.817	4.046	4.463	248.273
Dólar	12.340	9.709	1.036.714	16.825	15.816	617.078
Real	1.506	1.478	170	-	-	-
Passivo	(11.801)	(15.360)	(1.419.701)	(14.146)	(13.855)	(865.351)
Prefixado	(2)	(14.682)	(1.036.649)	(8.041)	(7.938)	(248.273)
Dólar	(667)	(552)	(380.371)	(6.105)	(5.917)	(617.078)
Euro	(11.063)	(126)	(2.446)	-	-	-
Real	(69)	-	(235)	-	-	-
Diferencial Líquido	8.120	2.173	-	6.725	6.424	-
Swap						
Posição Ativa	2.929	12.454	751.758	2.806	7.315	464.185
Prefixado	28	1.691	233.113	16	145	135.808
Dólar	760	2.100	125.800	349	635	51.850
CDI	2.141	8.663	392.845	2.441	6.535	276.527
SELIC	-	-	-	-	-	-
Passivo	(2.341)	(1.862)	(751.758)	(14.731)	(14.046)	(464.185)
Prefixado	(75)	(41)	(348.954)	(396)	(125)	(140.789)
Dólar	(2.050)	(1.780)	(314.396)	(14.325)	(13.915)	(309.575)
CDI	(216)	(41)	(88.129)	-	-	(12.500)
Euro	-	-	-	(10)	(6)	(1.321)
SELIC	-	-	(279)	-	-	-
Diferencial Líquido	588	10.592	-	(11.925)	(6.731)	-
Opções - Futuro						
Posição Ativa	-	461	37.966	-	547	179.473
Compra de Opção de Compra	-	461	37.966	-	547	179.473
Posição Passiva	-	(976)	(37.966)	-	(474)	(179.473)
Venda de Opção de Venda	-	(976)	(37.966)	-	(474)	(179.473)
Diferencial Líquido	-	(515)	-	-	73	-
Opções - COE						
Posição Ativa	-	-	-	-	-	489
Dólar	-	-	-	-	-	489
Posição Passiva	-	-	-	-	(2)	(489)
Dólar	-	-	-	-	(2)	(489)
Diferencial Líquido	-	-	-	-	(2)	-

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Valor Justo	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos
Resumo						
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	8.120	(5.947)	2.173	1.419.701	(301)	865.351
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	588	10.004	10.592	751.758	5.194	464.185
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	(515)	(515)	37.966	73	179.473
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	-	-	7.864.492	(2)	489
Total	8.708	3.542	12.250	10.073.917	4.964	1.509.498

a.1.1.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2019			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	6.363	(1.577)	(2.613)	2.173
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(1.007)	4.458	7.141	10.592
Operações Opções a Receber/(Pagar)	(198)	(317)	-	(515)
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	-	-	-
Total	5.158	2.564	4.528	12.250
	31/12/2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	3.300	2.931	193	6.424
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(10.166)	142	3.293	(6.731)
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	73	-	73
COE (Certificado de Operação Estruturada)	(2)	-	-	(2)
Total	(6.868)	3.146	3.486	(236)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019		31/12/2018
				Total	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*						
DI	1.641.500	1.253.000	1.617.700	4.512.200	3.074.000	
Dólar	579.598	-	-	579.598	1.105.880	
DDI	153.570	1.164.872	1.426.868	2.745.310	1.691.350	
BGI	18.897	5.101	-	23.998	-	
Euro	3.387	-	-	3.387	2.220	
Total	2.396.952	2.422.974	3.044.568	7.864.493	5.873.450	

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

6. Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.

a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva

a.1.2) Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

	Nível	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	
				Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	27.455	250.616	278.071	170.797
Total Carteira Própria		27.455	250.616	278.081	170.797
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	130.766	298.107	428.873	403.898
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	71.177	71.177	-
Total Vinculados a compromisso de recompra		130.766	369.284	500.050	403.898
Total Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		158.221	619.900	778.131	574.695

	Nível	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018	
				Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	158.295	158.295	156.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	51.375	119.422	170.797	169.865
Total Carteira Própria		51.375	277.717	329.092	326.063
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	403.898	403.898	400.673
Total Vinculados a compromisso de recompra		-	403.898	403.898	400.673
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	114.201	178.252	292.453	291.018
Total Vinculados a prestação de garantias		114.201	178.252	292.453	291.018
Total Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		165.576	859.867	1.025.443	1.017.754

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Títulos de Renda Fixa	(429.682)	(23.660)
Rendas de Títulos de Renda Variável	1.146.649	162.406
Resultado de Títulos no Exterior	1.565	560
Total de Títulos	718.532	139.306
NDF	439	78.088
"Swap"	25.726	(8.361)
Opções	8.743	73
Futuro	(63.482)	(172.063)
COE (Certificado de Operação Estruturada)	(60)	32
Total de Derivativos	(28.634)	(102.231)
Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos	689.898	37.075

b.1) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Banco utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman (variação cambial), cuja moeda de suas operações está em Dólar. O valor do investimento líquido de impostos foi de USD 10.000. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de hedge de fluxo de caixa.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

O método utilizado no teste de efetividade é o prospectivo e retrospectivo, de forma que os resultados reais se encontram na faixa de 80% a 125%. A mensuração da efetividade do hedge, foi realizada com base na variação da taxa de dólar Ptax e os demais componentes do instrumento de hedge foram reconhecidos no resultado. Seguem as premissas para o teste:

- a) A taxa USD SPOT foi igual a USD PTAX - 3,8748.
- b) A ponta passiva: variação cambial.
- c) A ponta ativa: taxa pré 2,50% aa.
- d) Swap de U\$ 17.479: sendo líquido de impostos (U\$ 10.000), contra o investimento de U\$ 10.000.

A operação de derivativo swap futuro, foi efetuada no dia 28 de dezembro de 2018 (data de designação do hedge), com vencimento em 02 de janeiro de 2020 no valor de USD 17.479.

Como o capital social da agência de Cayman (investimento) não possui um vencimento, o instrumento de hedge passará por rolagem (contratação de um novo derivativo) no vencimento do instrumento.

Por questões fiscais, pois o instrumento de hedge possui incidência de impostos que não recaem no capital social (investimento) da agência de Cayman, assim caracterizando um overhedge, o instrumento de hedge foi contratado no valor de USD 17.479 para o objetivo de hedge de USD 10.000.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do semestre. Em 31 de dezembro de 2019, o valor eficaz registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 241, e o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ 552 (31/12/2018 - R\$ 18) contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b.5) Hedge de Risco de Mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de hedge accounting são títulos de renda fixa emitidos pelo Banco que fornecem recursos financeiros para o Banco para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores, que, por sua vez, serão remunerados por uma taxa pré-fixada determinada no momento da emissão de referidos títulos.

Item objeto de hedge: Conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Banco, excluindo seus spreads de crédito, conforme definido adiante em seção específica.

Instrumento de hedge: Contratos de DI1 Futuro negociados na B3, registrados no veículo Banco e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de hedge accounting.

Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como "hedge de risco de mercado", baseada na Circular 3.082 do Banco Central do Brasil, datada de 30 de Janeiro de 2002.

A estratégia do hedge de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao CDI, através da utilização dos derivativos (DI1 Futuro).

O hedge é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado da carteira de captações pré-fixadas, excluindo a parcela da remuneração pré-fixada representada pelo spread de crédito (risco próprio do Banco), procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

O hedge das captações é feito por meio da contratação de DI1 Futuro na B3. O gerenciamento do hedge não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de hedge) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração).

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de hedge (derivativo), quanto o objeto de hedge (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso:

- O instrumento de hedge expirar ou for vendido, terminado ou exercido;
- O hedge deixar de satisfazer as condições de efetividade;
- For revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de hedge o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas

A estratégia de Hedge de risco de mercado consiste em hedges de exposição à variação no risco de mercado, em recebimento de juros decorrentes das variações nas taxas de juros relativos aos passivos reconhecidos.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo ajustado a valor justo foi de R\$ 378.715, e o impacto no resultado foi de R\$ 2.938. O valor nominal do Instrumento de Hedge foi de R\$ 377.545 e a taxa de para determinar a inefetividade do Hedge é de 99,7%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado

a) Aplicação no mercado aberto, depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.

				31/12/2019
	Até 3	De 3 a	Acima de	
	Meses	12 Meses	12 Meses	Total
Títulos Públicos - Aplicações no Mercado Aberto	78.963	254.382	-	337.063
Posição Bancada	-	250.455	-	254.173
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	42.604	-	42.604
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	199.997	-	199.997
Debêntures	-	3.927	-	3.927
Posição Financiada	-	7.645	-	7.645
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	7.645	-	7.645
Títulos Privados - Aplicações em Moedas Estrangeiras	78.963	-	-	78.963
Aplicações em Moedas Estrangeiras	78.963	-	-	78.963
Títulos Privados - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	100.200	266.490	13.441	380.131
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	100.200	-	13.441	113.641
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc.Crédito Rural	-	266.490	-	266.490
Total	179.163	520.872	13.441	717.194

				31/12/2018
	Até 3	De 3 a		
	Meses	12 Meses	Total	
Títulos Públicos - Aplicações no Mercado Aberto	76.302	-	-	76.302
Posição Bancada	1.997	-	-	1.997
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1.997	-	-	1.997
Títulos Privados - Aplicações em Moedas Estrangeiras	74.305	-	-	74.305
Aplicações em Moedas Estrangeiras	74.305	-	-	74.305
Títulos Privados - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	171.764	148.820	320.584	
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	171.764	-	171.764	
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc.Crédito Rural	-	148.820	148.820	
Total	248.066	148.820	396.886	

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os prazos referem-se ao lastro da operação, e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

b) Títulos e valores mobiliários

Carteira Própria

Títulos Públicos

Debêntures

Nota Promissória

Total

	Valor contábil	
	31/12/2019	31/12/2018
	51.266	-
	-	18.240
Total	51.266	18.240

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a Depositantes	402	125
Empréstimos	2.074.324	1.643.029
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	404.787	323.806
Capital de Giro	997.034	996.102
Conta Corrente Garantida	54.946	89.412
Empréstimo Consignado	87	239
Cheque Especial	96.006	67.175
Empréstimo Rotativo	111.168	77.726
Crédito Pessoal	314.369	46.705
Outros empréstimos	95.927	41.864
Financiamentos	2.419.846	1.775.214
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	2.024.152	1.373.183
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	60.294	104.991
Financiamentos Imobiliários	203.309	160.142
Operações de crédito vinculado a cessão	132.091	136.898
Adiantamentos a contratos de câmbio	152.622	116.283
Outros Créditos	2.544.572	2.401.508
Operações com Cartões de Crédito	297.401	165.618
Recebíveis adquiridos	2.149.128	2.228.743
Outros créditos	98.043	7.147
Subtotal	7.191.766	5.936.159
Total	7.191.766	5.936.159

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

d. Outros Ativos Financeiros

	31/12/2019	31/12/2018
Direitos s/ Venda de Cambio	6.048	2.718
Rendas a Receber	5.425	3.238
Negociação e Intermediação de Valores	27.870	6.096
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 15.a.1 e a.2)	26.824	16.181
Total	66.167	28.233

d.1) Resultado de Operações de Câmbio

	31/12/2019	31/12/2018
Variação cambial	18.480	54.175
Resultado operações de câmbio	10.757	(1.315)
Total	29.237	52.860

e) Concentração por Setor de Atividades

	Parcelas			31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total
Setor Privado				
Rural	9.864	859.717	1.142.855	2.012.436
Indústria	8	607.892	425.622	1.033.522
Financeiro	-	-	-	-
Pessoas Físicas	126.549	543.682	220.321	890.552
Comércio	37.430	1.979.542	147.047	2.164.019
Serviços	87	610.533	224.642	835.262
Outros	572	107.725	147.678	255.975
Total	174.510	4.709.091	2.308.165	7.191.766
				31/12/2018
Setor Privado				
Rural	48.116	940.453	937.404	1.925.973
Indústria	38.405	381.077	246.672	666.154
Financeiro	-	5	-	5
Pessoas Físicas	86.690	261.212	29.638	377.540
Comércio	23.031	2.199.196	94.673	2.316.900
Serviços	3.616	343.162	155.183	501.961
Outros	345	64.188	83.093	147.626
Total	200.203	4.189.293	1.546.663	5.936.159

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Concentração de Crédito

	31/12/2019			
	Valor	% da Carteira	Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	842.696	12%	476	0%
40 Maiores Devedores Seguintes	1.752.258	24%	67.011	19%
80 Maiores Devedores Seguintes	1.065.336	15%	6.441	2%
Demais Devedores Seguintes	3.531.476	49%	278.109	79%
Total	7.191.766	100%	352.038	100%

	31/12/2018			
	Valor	% da Carteira	Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	992.496	17%	360	0%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.596.259	27%	49.329	20%
100 Maiores Devedores Seguintes	969.694	16%	19.347	8%
Demais Devedores Seguintes	2.377.710	40%	176.730	72%
Total	5.936.159	100%	245.766	100%

g) Cessão de Ativos Financeiros

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. A venda da carteira no primeiro semestre de 2018 foi efetuada no valor de R\$ 166.000 conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	-	22.182
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	-	143.818
Total da venda ^{(3) (4)}	-	166.000

(1) Não houve lucro na cessão e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 12.483.

(2) O montante de R\$ 143.818 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas (J&F Investimento).

(4) O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide Nota Explicativa nº 5.a.1) e o restante foi recebido em caixa. Este FIP possui investimentos na Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (Partes relacionadas).

h) Receita de Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	408	97
Rendas de Empréstimos	571.958	491.701
Rendas de Títulos Descontados	84.345	27.584
Rendas de Financiamentos	299.316	277.873
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	1.645	(2.674)
Perdas com Créditos incobráveis	(7.963)	(4.017)
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	47.702	80.959
Total	997.411	871.523

8. Ativos Financeiros Segregados por Estágio de Risco e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas

a) Composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e VJORA e Exposições Off-balance por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos empréstimos e adiantamento a clientes e títulos e valores mobiliários, segregados pelos estágios de classificação de risco da IFRS9.

	31/12/2019			
	1º	2º	3º	Total
Estágios 1-2-3				
Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	6.729.516	77.015	385.235	7.191.766
Posições Off-balance	1.323.280	-	-	1.323.280
Total ativos financeiros e títulos e valores mobiliários e exposições off-balance	8.052.796	77.015	385.235	8.515.046

	31/12/2018			
	1º	2º	3º	Total
Estágios 1-2-3				
Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	5.543.458	163.283	229.418	5.936.159
Posições Off-balance	326.796	26.880	6.994	360.670
Total ativos financeiros e títulos e valores mobiliários e exposições off-balance	5.870.254	190.163	236.412	6.296.829

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no exercício.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de risco de ativo financeiro

				31/12/2019
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	86.460	22.322	221.178	329.960
Posições Off-balance ⁽¹⁾	22.077	-	-	22.077
Total geral da provisão para perdas esperadas	108.538	22.322	221.178	352.038

(1) As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica "Provisão para Perdas de Crédito Esperadas - Limites de Crédito".

				31/12/2018
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	28.608	36.188	158.915	223.711
Posições Off-balance ⁽¹⁾	15.072	5.481	1.502	22.055
Total geral da provisão para perdas esperadas	43.680	41.669	160.417	245.766

(1) As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica "Provisão para Perdas de Crédito Esperadas - Limites de Crédito".

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e VJORA e das Exposições Off-Balance

				31/12/2019
	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes			Total
	1º	2º	3º	
Estágios 1-2-3				
Saldos em 1º de janeiro de 2019	70.145	40.838	134.783	245.766
Movimentações:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(270)	3.061	-	2.791
Estágio 1 para o Estágio 3	(7.466)	-	84.170	76.704
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(17.022)	18.856	1.834
Estágio 2 para o Estágio 1	2.246	(6.060)	-	(3.814)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	4	(3)	1
Estágio 3 para o Estágio 1	141	-	(339)	(198)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	47.938	9.760	83.727	141.425
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(239)	1.687	(20.514)	(19.065)
Estorno de provisão de contratos liquidados e baixados à prejuízo	(3.957)	(9.945)	(79.502)	(93.405)
Total dos movimentos	38.393	(18.516)	86.395	106.272
Saldos em 31 de dezembro de 2019	108.538	22.322	221.178	352.038

				31/12/2018
	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes			Total (A)
	1º	2º	3º	
Estágios 1-2-3				
Saldos em 1º de janeiro de 2018	96.420	20.086	101.793	218.299
Movimentações:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(2.188)	4.429	-	2.241
Estágio 1 para o Estágio 3	(4.377)	-	25.838	21.461
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(218)	614	396
Estágio 2 para o Estágio 1	(204)	-	-	(204)
Estágio 3 para o Estágio 2	(408)	-	-	(408)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	31.113	35.066	68.127	134.306
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(19.515)	1.555	31.878	13.918
Estorno de provisão de contratos liquidados e baixados à prejuízo	(57.161)	(19.249)	(67.833)	(144.243)
Total dos movimentos	(52.740)	21.583	58.624	27.467
Saldos em 31 de dezembro de 2018	43.680	41.669	160.417	245.766

(1) A mudança de PD LGD E EAD, é principalmente afetada pela recalibração do modelo de PD para a carteira PF, e por conta do conceito de limite contratado, mas nunca utilizado que afeta a EAD.

d) Movimentação da Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável e Por Perdas Esperadas

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	245.766	159.446
Constituições Líquida de Reversão	231.922	135.431
Baixa para Prejuízo	(67.452)	(107.964)
Ajuste de Aplicação de critérios IFRS 9	(58.198)	58.853
Saldo Final	352.038	245.766
Créditos Recuperados	30.237	158.505

9. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

a) Créditos Tributários

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	351.665	326.890
Constituições	197.110	149.457
Reversões	(99.583)	(124.682)
Saldo Final	449.192	351.665
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	83.683	48.078
Constituições	383.603	65.195
Reversões	(385.373)	(29.590)
Saldo Final	81.913	83.683
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	367.279	267.982

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20% até novembro de 2018). Em dezembro de 2019 os créditos de CSLL foram calculados à alíquota de 20%.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Ativos Fiscais" e "Obrigações Fiscais", respectivamente.

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo Fiscal	363.023	410.029
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	90.756	102.507
Base Negativa de Contribuição Social	367.806	414.398
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	73.561	62.160
Perda por redução ao Valor Recuperável	433.229	329.523
Provisão para Ações Trabalhistas	36.114	17.953
Provisão para Contingências Cíveis	25.891	16.917
Provisão para Despesas Administrativas	60.833	48.996
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos bens não de Uso	14.302	9.928
Ajuste positivo ao valor de mercado de ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos	15.444	12.738
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(718)	(592)
Perdas em Empréstimos e Repasses	30.679	22.731
Outras Diferenças Temporárias	21.691	7.821
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	637.465	466.015
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	623.952	466.015
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	159.366	116.504
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	124.790	69.902
Ajuste positivo ao valor de mercado de ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos	15.444	12.738
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	15.444	12.738
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	718	592
Total do Ativo Fiscal Diferido	449.192	351.665

⁽¹⁾ Os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL (conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, "a Contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%).

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2019	31/12/2018
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	142.393	169.573
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	9.746	7.723
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado - 4,65%	(7.074)	(8.244)
Ajustes Futuro - DI e DDI	20.101	18.270
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(935)	(850)
Outras diferenças temporárias	-	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	164.231	186.472
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	41.058	46.618
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	32.846	27.971
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	142.393	169.573
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	9.746	7.723
Ajustes Futuro - DI e DDI	20.101	18.270
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	172.240	195.566
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	8.009	9.094
Total do Passivo Fiscal Diferido	81.913	83.683
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	367.279	267.982

⁽¹⁾ Os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL (conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, "a Contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%).

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2019	-	-	-	119.466	(83.683)	35.783
2020	159.918	81.913	78.005	42.783	-	42.783
2021	111.684	-	111.684	50.762	-	50.762
2022	26.150	-	26.150	74.433	-	74.433
2023	31.791	-	31.791	64.221	-	64.221
2024	41.079	-	41.079	-	-	-
A partir de 2025	78.570	-	78.570	-	-	-
Total	449.192	81.913	367.279	351.665	(83.683)	267.982

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Imobilizado de uso

	Taxas	Custo	Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
				Residual	Residual
Outros Ativos Tangíveis					
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	106.770	(22.542)	84.228	24.105
Sistemas de Processamento de Dados	20%	87.199	(45.428)	41.771	35.233
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	1.578	(705)	873	351
Direito de uso de Ativos ⁽¹⁾	10%	68.994	(4.883)	64.111	-
Outros	10%	147	(147)	-	-
Total		264.688	(73.705)	190.983	59.689

(1) Ativos reconhecidos após adoção da IFRS 16, oriundos de contratos de Arrendamento.

	31/12/2018		Transferência/		31/12/2019	
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Outras Imobilizações de Uso						
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	24.105	71.327	(34)	(11.170)	84.228	24.105
Sistemas de Processamento de Dados	35.233	20.009	(36)	(13.435)	41.771	35.233
Sistemas de Segurança e Comunicações	351	657	(11)	(123)	873	351
Direito de uso de Ativos ⁽¹⁾	-	68.994	-	(4.883)	64.111	-
Total	59.689	160.987	(81)	(29.612)	190.983	59.689

(1) Ativos reconhecidos após adoção da IFRS 16, oriundos de contratos de Arrendamento.

11. Ativo Intangível

	Custo	Amortização	31/12/2019	31/12/2018
			Residual	Residual
Gastos com Desenvolvimento	798.029	(249.553)	548.476	557.655
Softwares	149.772	(33.997)	115.775	57.634
Ágio de Investimento	61.316	-	61.316	-
Direito de Uso de Intangível ⁽¹⁾	16.713	(2.388)	14.325	-
Outros	50.359	(40.785)	9.574	-
Total	1.076.189	(326.723)	749.466	615.289

(1) Ativos reconhecidos após adoção da IFRS 16, oriundos de contratos de Arrendamento.

	31/12/2018		Transferência/		31/12/2019	
	Saldo inicial	Aquisição	Baixas	Amortização	Saldo Final	
Gastos com Desenvolvimento	557.655	58.256	(599)	(66.836)	548.476	557.655
Softwares	57.634	76.595	-	(18.454)	115.775	57.634
Ágio de Investimento	-	61.316	-	-	61.316	-
Direito de Uso de Intangível ⁽¹⁾	-	16.713	-	(2.388)	14.325	-
Outros	-	9.574	-	-	9.574	-
Total	615.289	222.454	(599)	(87.678)	749.466	615.289

(1) Ativos reconhecidos após adoção da IFRS 16, oriundos de contratos de Arrendamento.

12. Outros Ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Relações Interfinanceiras	11.655	3.596
Outros Valores e Bens	108.702	95.665
Despesas Antecipadas	33.515	23.522
Adiantamentos Salariais/Outros	8.487	1.069
Valores a receber venda Original Corporate Corretora ⁽¹⁾	-	163.533
Devedores Diversos no País	112.042	25.965
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	413.098	131.949
Outros	8.915	12.264
Total	696.414	457.563

(1) O valor a receber da J&F Investimentos referente a venda da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. foi avaliado por empresa independente. O saldo a receber foi liquidado em 2019.

13. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

a) Recursos de Clientes

	31/12/2019				Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	369.004	-	-	-	369.004
Depósitos Interfinanceiros	-	-	134.020	-	134.020
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	-	189.736	1.681.275	3.392.324	5.263.335
Outros Depósitos	85.252	-	-	-	85.252
Total	454.256	189.736	1.815.295	3.392.324	5.851.611

	31/12/2018				Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	203.884	-	-	-	203.884
Depósitos Interfinanceiros	-	-	149.738	-	149.738
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	-	228.136	824.972	3.777.607	4.830.715
Total	203.884	228.136	974.710	3.777.607	5.184.337

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,5% do CDI, (31/12/2018 - 90% e 123% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 4,18% a.a. e 19,60% a.a. (31/12/2018 - 6,09% a.a. e 19,60% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,5% a 106% do CDI (31/12/2018 - 101,50% a 106% do CDI).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Recursos de Instituições Financeiras

	31/12/2019	
	De 3 a	
	12 Meses	Total
Carteira Própria		
Títulos Públicos ⁽¹⁾	472.188	472.188
Total	472.188	472.188

(1) Refere-se à NTN-B e LFT.

	31/12/2018	
	De 3 a	
	12 Meses	Total
Carteira Própria		
Títulos Públicos ⁽¹⁾	503.701	503.701
Total	503.701	503.701

(1) Refere-se a LTN, NTN-B e LFT.

c) Recursos de Emissão de Títulos

	31/12/2019			
	Até	De 3 a	Acima de	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	431.283	282.764	814.512	1.528.559
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	165.098	1.043.855	655.328	1.864.281
Letras Financeiras- LF	298	9.027	51.578	60.903
Certificados de operações estruturadas (COE)	-	-	-	-
Total	596.679	1.335.646	1.521.418	3.453.743

	31/12/2018			
	Até	De 3 a	Acima de	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	520.713	623.646	32.489	1.176.848
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	268.244	1.183.637	18.314	1.470.195
Letras Financeiras- LF	24.736	5.226	44.320	74.282
Certificados de operações estruturadas (COE)	-	489	-	489
Total	813.693	1.812.998	95.123	2.721.814

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 106% do CDI (31/12/2018 - 88% e 102% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,03% a.a. e 13,26% a.a. (31/12/2018 - 5,78% a.a. e 17,01% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 90% a 106% do CDI (31/12/2018 - 89% a 102% do CDI), já para as operações pré-fixadas as taxas vão de 3,79% a 15,25%. Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 4,21% a 15,25% do CDI (31/12/2018 - 114,69% a 121,52% do CDI).

d) Despesa com Juros e Similares

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos a Prazo	(402.821)	(328.305)
Depósitos Interfinanceiros	(12.156)	(5.088)
Captação no Mercado Aberto	(9.672)	(11.303)
Despesas De Letras Financeiras e Imobiliárias	(102.034)	(76.374)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(99.116)	(78.472)
Despesa de contribuição FGC	(10.620)	(7.765)
Empréstimos e Repasses	10.176	(9.410)
Outros ⁽¹⁾	(3.371)	(22)
Total	(629.614)	(516.739)

(1) Em 2019, inclui valor de Despesa com Juros de Arrendamento de R\$ 3.356.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Outros Passivos Financeiros

a) Obrigações por repasses

	01/01 a	
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Funcafé - Custeio	-	10.045
Funcafé - Capital de Giro	-	15.165
Obrigações por Intermediação de Valores	1.121	-
Total	1.121	25.210

b) Passivo de Arrendamento

O Banco Original faz uso de arrendamentos de imóveis e direito de uso de intangível em suas operações. O total de passivos de arrendamento a valor presente reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado é apresentado abaixo:

	01/01 a 31/12/2019
Obrigações de Contratos de Arrendamento - Instalações e Imóveis	74.209
Obrigações de Contratos de Arrendamento - Direito de Uso de Intangível	14.854
Total	89.063

As despesas de juros referentes a esses contratos totalizaram R\$ 3.356 no exercício, enquanto as despesas com depreciação e amortização somaram R\$ 7.271.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos saldos de arrendamento a pagar, despesas de juros e despesa de depreciação incorridas pela adoção da IFRS 16.

	31/12/2019
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2018 - IAS 17	-
Adoção inicial - IFRS 16	89.063
Saldo em 1 de janeiro de 2019	89.063
Juros de Arrendamentos	(3.356)
Depreciação/Amortização	(7.271)
Total	78.436

15. Provisões e Passivos contingentes

a) Passivos Contingentes

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Ações Trabalhistas (Nota 15.a.1)	40.895	22.036
Provisão para Ações Cíveis (Nota 15.a.2.1)	26.481	16.916
Total	67.376	38.952

a.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhista (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 19.322 (31/12/2018 - R\$ 8.261).

A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	22.036	22.455
Constituição	24.077	3.378
Atualização Monetária	2.090	408
Reversão	(7.308)	(4.205)
Saldo Final	40.895	22.036

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A provisão de consumo das provisões é de até quatro anos.

a.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. Segue movimentação das provisões:

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.501 (31/12/2018 - R\$ 7.920).

	31/12/2019	31/12/2018
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	16.916	17.696
Constituição	18.801	7.522
Atualização Monetária	-	96
Reversão	(9.236)	(8.398)
Saldo Final	26.481	16.916

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A provisão de consumo das provisões é de até quatro anos.

a.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Os riscos possíveis de natureza cível são formados por 33 ações civis públicas com pedidos no importe de R\$ 25.099, seus valores foram mensurados de acordo com os pedidos realizados pelos Ministérios Públicos dos Estados (Paraíba, Piauí, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará e Pernambuco), e opinião legal dos assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	31/12/2019	31/12/2018
Processos Trabalhistas	22.293	28.424
Processos Cíveis	25.891	35.908
Processos Fiscais	9.750	9.750
Total	57.934	74.082

16. Obrigações Fiscais

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	8.171	682
Impostos e Contribuições sobre Salários	16.117	10.090
Outros	10.618	3.512
Provisão para Imposto de Renda	35.222	11.379
Provisão para Contribuição Social	20.995	6.991
Total	91.123	32.664

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outros Passivos

	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	4.945	8.825
Provisão para Pagamentos a Efetuar	187.982	87.785
Despesas de Pessoal	89.608	70.296
Outras Despesas Administrativas	79.775	13.857
Outros Pagamentos	17.322	2.658
Consignados	1.277	974
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	3.733	6.183
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	1.797	-
Valores a Pagar a Sociedades ligadas	12	-
Credores Diversos - Exterior/País ⁽²⁾	327.105	176.525
Rendas Antecipadas	18.236	14.531
Outras	29.105	3.263
Total	572.915	297.112

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001

	31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN, LFT e títulos privados. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo atingiu o montante de R\$ 5.736 (31/12/2018 - R\$ 4.016).

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram deliberados JCP e Dividendos.

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A, FIDC Pic Pay, Original APP, Picpay e Banco Original do Agronegócio S.A), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.375.393	1.185.805
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.375.393	1.185.805
RWA (Ativos Ponderados pelo Risco)	10.376.218	8.707.459
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	8.570.045	7.032.755
RWA _{MPAD} (Parcela de Risco de Mercado)	596.303	856.029
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	1.209.870	818.675
Índice de Basileia III e II⁽¹⁾	13,3%	13,6%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 16,5%.

Em 2019 e 2018 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2019 e 2018, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 29.293 (31/12/2018 - R\$ 26.357).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 30 (31/12/2018 - R\$ 56).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Plano de Saúde

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 523 (31/12/2018 - R\$ 467).

c) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Banco Original S.A. Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2019	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de Investimentos (Holding).

Banco Original S.A. Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

PICPAY Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F)	2.188	9,67%	2.188	9,67%	4.376	9,67%
J&F Investimentos	8.459	37,37%	19.308	85,29%	27.767	61,33%
Total	10.647	47,04%	21.496	94,96%	32.143	71,00%

Original APP Quotistas	31/12/2018		31/12/2019	
	Quotas	Total	Quotas	Total
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A.	3.449.655	99,9%	3.449.655	99,9%
Corretora de Seguros	345	0,01%	345	0,01%
Total	3.450.000	100%	3.450.000	100%

FIDC PICPAY I Quotistas	31/12/2019	
	Quotas	Total
	Quantidade	(%)
Banco Original S.A.	393.000	100%
Total	393.000	100%

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. As ccessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo IAS24, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Ações	176.538	389.594	-	61.406
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	176.538	389.594	-	61.406
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	295.482	-	193.839
J&F Investimentos S.A. (Nota 28)	-	295.482	-	193.839
Recursos de clientes - Depósito a Vista	(82.136)	(62.950)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(37.541)	(18.425)	-	-
Banco Original	2.555	-	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(6)	(3)	-	-
Original Corporate Corretora Ltda.	(1.076)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda.	(35.058)	(26.827)	-	-
J&F Participações S.A.	(8)	(16)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(641)	(48)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(4.464)	(2.583)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(5.217)	(1.461)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(1)	(3)	-	-
Canal Rural Produções LTDA	(1)	(37)	-	-
JJBM Participações Ltda.	(4)	(1)	-	-
JBJ Barra do Tietê Agropecuária Ltda.	(4)	(3)	-	-
CV - Rádio e Televisão Ltda.	(7)	(7)	-	-
JBJ Agropecuária Ltda.	(14)	(10)	-	-
VLBM Participações Ltda.	(33)	(29)	-	-
WWMB Participações LTDA	(8)	-	-	-
Ambar Energia Ltda.	(1)	(5)	-	-
JBS Aves Ltda.	(204)	(283)	-	-
FIP Multiestratégia Formosa	(12)	(11)	-	-
J&F Urbanismo	(11)	(15)	-	-
Instituto Germinare	(380)	(8)	-	-
VNMB Participações Ltda.	-	(1)	-	-
Meat Snack partners do Brasil Ltda.	(10)	(4)	-	-
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações	(5)	(1)	-	-
Seara Comércio de Alimentos Ltda.	(19.967)	-	-	-
55 Design de Moveis Ltda	(35)	-	-	-
FIC DE FIP JMF	(3)	-	-	-
FIP Caixa Milão	(7)	-	-	-
Pessoas Físicas	(1.214)	(636)	-	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	-	-
Depósito a Prazo	(673.737)	(264.029)	(10.276)	(10.347)
Original APP Ltda.	(3.892)	(2.368)	(13)	(96)
J&F Investimentos S.A.	-	(60.014)	-	(14)
J&F Participações S.A.	-	(26.616)	-	(1.511)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(5.575)	(5.243)	(435)	(128)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(7.297)	(6.862)	(385)	(168)
JBS S.A.	(56.219)	(53.007)	(3.213)	(3.286)
Seara Alimentos Ltda.	(174.272)	(68.896)	(3.226)	(4.305)
Original Asset Management Ltda.	(2.171)	(1.932)	(200)	(97)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	(4.733)	(405)	(9)	(11)
Mataboi Alimentos Ltda.	(10.321)	-	(321)	-
Globe Investimentos Ltda.	(350.194)	-	(684)	-
Meat Snack partners do Brasil Ltda.	(16.037)	-	(280)	-
Piui Investimentos Imobiliários	(1.977)	-	(16)	-
Canal Rural Produções Ltda	(187)	-	-	-
Instituto Germinare	-	(230)	-	-
J&F Floresta Agropecuária Araguaia Ltda.	-	(5.132)	-	(2)
São João Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-
Sao Pedro Transmissora de Energia S.A.	-	(3.517)	-	(12)
JBJ Agropecuária Ltda.	-	-	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	(311)	-	(6)
Pessoas Físicas	(40.862)	(29.496)	(1.494)	(707)

(1) As ações estão marcadas ao valor de mercado e a receita é decorrente da variação positiva do período.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Demais transações

Cessão de Crédito: Em 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 7.g). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda e o montante de R\$ 50.000 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.493.873 (31/12/2018 - R\$ 1.698.614), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A.

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto em 2019 foi de R\$ 20.887, mediante pagamento de 750.000 ações (31/12/2018 - R\$2.168). (vide nota 28)

21. Receitas de Serviços e Comissões

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Cobrança e Arrecadações	22.712	14.488
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	31.356	11.852
Serviço Assessoria Financeira	2.154	2.600
Comissões e Tarifas de Intermediação	32.395	-
Rendas De Garantias Prestadas	7.313	10.025
Outras	8.571	9.596
Total	104.501	48.561

22. Outras Receitas e Despesas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Atualização de Depósitos Judiciais	699	952
Atualização de Impostos a Compensar	2.266	5.595
Recuperação de Encargos e Despesas Trabalhistas e Cíveis	792	2.630
Outras Provisões Operacionais	(27.834)	(1.056)
Incentivo Fiscal	18.685	909
Venda da corretora	-	19.553
Venda da marca	-	177.563
Prejuízos Operacionais	-	16.276
Despesas de Charge Back	(21.400)	-
Outras	(6.703)	-
Total	(46.526)	212.687

23. Despesas Gerais e Administrativas

a) Despesa de Pessoal

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração	(231.053)	(186.271)
Encargos	(68.623)	(53.625)
Benefícios	(45.516)	(35.707)
Participação no Lucro	(59.676)	(35.445)
Treinamento	(1.506)	(508)
Total	(406.374)	(311.556)

b) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(98.437)	(41.249)
Depreciações e Amortizações	(117.290)	(112.367)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(12.497)	(3.674)
Comunicações	(10.225)	(2.647)
Processamento de Dados	(104.029)	(94.578)
Aluguéis	(11.130)	(9.236)
Transportes e Viagens	(8.363)	(4.393)
Serviços de Vigilância e Segurança	(3.381)	(3.298)
Manutenção e Conservação de Bens	(4.292)	(4.268)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(138.909)	(65.485)
Água, Energia e Gás	(2.001)	(1.692)
Material	(1.283)	(1.015)
Despesas Legais e Jurídicas	(6.175)	(1.787)
Outras	(33.494)	(8.192)
Total	(551.506)	(353.881)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Referem-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesa com Cofins	(51.091)	(21.569)
Despesa com ISS	(4.648)	(2.417)
Despesa com PIS/Pasep	(8.508)	(3.505)
Outras	(4.422)	(2.733)
Total	(68.669)	(30.224)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para perda por redução ao valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados na rubrica "Ativos Fiscais - Imposto Diferido".

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado	(99.954)	76.118
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	16.813	1.431
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	6.417	(15.389)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	7.800	(13.797)
Base de cálculo - CSLL	(92.636)	60.858
Base de cálculo - IRPJ	(91.253)	62.450
CSLL ⁽¹⁾	39.306	(44.375)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	23.399	(15.200)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	62.705	(59.575)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	62.705	(59.575)

(1) Em 31 de dezembro de 2019 os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº93, e contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%. (CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em dezembro de 2018).

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a) Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atende as regulamentações vigentes.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Banco segregava suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado e as regulamentações vigentes.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- Value at Risk (VaR) Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e holding period estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Aqueles classificados como banking possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira "Trading"	"Value at Risk"			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Média	Fechamento	Média	Fechamento
Fator de Risco				
Pré-Fixado	468	91	409	65
Boi Gordo	12	5	-	-
Soja	46	108	-	-
Moedas Estrangeiras	510	317	772	371
Índice Bovespa	109	-	3	-
Ações	249.664	54.160	124.536	145.348
Exposição com Correlação	185.683	53.276	125.719	145.784

Carteira "Banking"

Carteira "Banking"	Análise de Sensibilidade			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Média	Fechamento	Média	Fechamento
Fator de Risco				
Risco de Taxa de Juros	15.043	2.798	25.165	23.456

Destaca-se que a redução relevante do Value at Risk (VaR) na linha referente ao Fator de Risco em Ação Bolsa foi resultado da diminuição do estoque de ações da JBS. A redução do valor do Risco de Taxa de Juros foi resultado da mudança de modelo interno de cálculo do IRRBB, sempre em linha com as diretrizes do Comitê de Basileia e das disposições das regulamentações vigentes. Para efeito de comparação, utilizando-se a metodologia anterior o Risco de Taxa de Juros seria de aproximadamente R\$ 30 milhões.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Exposição máxima ao risco de crédito – Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros ao VJR	2.059.591	2.191.966
Instrumentos financeiros Derivativos	12.250	(236)
Total	2.071.841	2.191.730

O Banco estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

b.1.1) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Banco (nota 3).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Banco considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Banco as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Banco considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O Banco possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de credit score, interno que utiliza como parâmetros principais:

- Nível de comprometimento da renda do tomador;
 - Percentual dos saldos devedores já pagos;
 - Idade;
 - Situação de crédito do tomador no sistema financeiro nacional;
 - Identificação de outras operações (que indicam melhor situação de crédito do tomador) no Banco;
- A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física		
Rating	Avaliação	2019
Baixa	Boa qualidade	13,49%
Média	Normal	41,98%
Alta	Requer atenção	76,12%
Pessoa Jurídica		
Rating	Avaliação	2019
Baixa	Boa qualidade	0,51%
Média	Normal	14,07%
Alta	Requer atenção	47,83%

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, Operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Banco.

Para calcular a EAD o Banco faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Banco avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
 - Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Banco avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.
- Além disso, no caso das operações a Pessoa Jurídica, há aplicação do fator de projeção associado à variáveis macroeconômicas (forward looking).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Banco monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.

- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e

O Banco considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias, ou quando houver solicitação de recuperação judicial no caso de Pessoa Jurídica.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.g, o Banco calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (recebíveis, crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial); e
 - Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.
- Segmentação por linha de negócio (agronegócio, corporate, affluent, varejo).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Garantias

O Banco utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Banco:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

O Banco considera consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira, associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar as potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes. A redução das perdas potenciais de crédito via aplicação da LGD somaram aproximadamente R\$ (143.239), no fechamento do exercício. Em 31/12/2018, o impacto na PCLD foi de R\$ (168.149).

	Mitigação de Risco por Garantias	
	Saldo 31/12/2019	Impacto da LGD na PCLD
Agronegócio	2.167.588	(78.440)
Corporate	1.270.201	(64.799)
Total Mitigado	3.437.790	(143.239)

	Mitigação de Risco por Garantias	
	Saldo 31/12/2018	Impacto da LGD na PCLD
Agronegócio	1.515.960	(55.457)
Corporate	1.190.576	(112.692)
Total Mitigado	2.706.536	(168.149)

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito Circular nº 3.644/2013, a instituição utiliza, nas Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco:

	Valor Mitigado por Instrumento	
	31/12/2019	31/12/2018
Compra com Revenda	250.246	1.997
Venda com Recompra	300.321	399.600
Total	550.567	401.597

b.3) Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na "régua de cobrança" estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negatização em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

b.4) Operações de crédito por portfólio, classe e risco de crédito

	31/12/2019		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Agronegócio	2.178.747	150	56.270
Corporate	1.584.553	25.414	125.919
Receíveis	2.125.008	4.931	13.065
Demais	216.066	-	-
Pessoa Física	625.256	46.485	189.901
Total	6.729.631	76.980	385.156

	31/12/2018		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Agronegócio	1.511.188	1.302	56.809
Corporate	1.452.768	105.556	69.089
Receíveis	2.341.987	2.067	20.297
Demais	9.470	-	-
Pessoa Física	228.045	54.358	83.223
Total	5.543.458	163.283	229.418

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.5) Operações de crédito por tipo de análise, porte e risco de crédito

b.5.1) Vencidos

	31/12/2019		
	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	Total
Agronegócio	1.276	-	1.276
Corporate	40.006	-	40.006
Recebíveis	170.702	5.128	175.830
Pessoa Física	81.610	33.985	115.595
Total	293.594	39.112	332.706

	31/12/2018		
	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	Total
Agronegócio	2.556	-	2.556
Corporate	35.237	45.324	80.561
Recebíveis	201.909	1.734	203.644
Pessoa Física	22.719	10.873	33.592
Total	262.421	57.931	320.352

c) Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam essas análises são:

	31/12/2019			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Passivos Financeiros				
Passivos Totais	1.335.411	3.322.563	5.679.937	10.337.911
Derivativos	15.130	3.912	77	19.119

	31/12/2018			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Passivos Financeiros				
Passivos Totais	1.233.444	2.985.270	4.820.353	9.039.067
Derivativos	22.595	5.155	388	28.138

d) Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco, atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o Risco Operacional ao qual a instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional inerente aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Instituição. Como parte da estrutura foi desenvolvida uma Política de Gerenciamento do Risco Operacional, que visa garantir o pleno cumprimento do modelo de gestão do risco operacional utilizado. Essa política é revisada e aprovada anualmente pelo Diretor responsável.

A estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional também contempla a elaboração de uma Matriz de Riscos, considerando a avaliação de impacto e vulnerabilidade. Essa matriz permite o registro dos processos e riscos em que a instituição está exposta, bem como o registro dos planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles internos.

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

d.1) Gestão de Capital

Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição.

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

31. Evento Subsequente - COVID19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 será revisada e serão tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira que se fizerem necessárias.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

i. Quanto ao risco operacional, aumentamos do número de funcionários elegíveis a trabalhar de forma remota, fornecendo-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades, de forma remota em qualquer lugar fora do Banco, sem que haja qualquer prejuízo a continuidade dos negócios. Os testes já foram efetuados e a instituição está preparada para colocar 100% de sua força de trabalho em regime de trabalho remoto, caso isso seja tomado obrigatório pelas autoridades ou por necessidade de preservar seus colaboradores

ii. Quanto ao risco de crédito, acompanharemos diariamente os efeitos do surto na economia de uma forma geral, visando antecipar eventual deterioração da nossa carteira de crédito, adotando as providências necessárias para a minimizar seus efeitos nos resultados do Banco. Caso seja necessária a reestruturação de operações de crédito até 30 de setembro de 2020, adotaremos os procedimentos determinados pela resolução do Conselho Monetário Nacional nº4.782, de 16 de março de 2020.

iii. Relativamente aos critérios de apuração das necessidades Adicional de Capital Principal, adotaremos os percentuais a serem aplicados ao montante do RWA – Risk- Wiegthed Assets, definidos pela Resolução do Conselho Monetários Nacional nº4.783, de 16 de março de 2020.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Original S.A tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. e que foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O Comitê reuniu-se 12 vezes no exercício de 2019 (12 vezes no exercício de 2018) e fez 83 reuniões (69 no exercício de 2018) com a empresa de auditoria independente, com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2019.

O Comitê de Auditoria emitiu duas recomendações de implantação desejável à Administração no primeiro semestre de 2019. As recomendações foram aceitas e implantadas no período. Nenhuma recomendação foi emitida no segundo semestre de 2019

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 30 de março de 2020

Comitê de Auditoria